



Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Avelar de 16 de junho de 2025

Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, na Escola do Fétal, sita na Rua do Fetal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Avelar, legalmente convocada.-----

Estiveram presentes os nove membros que a compõem: a Presidente, Dina Maria Caseiro Henriques Rosa; o Primeiro Secretário, Artur Peres de Almeida, a Segunda Secretária, Fernanda Maria da Silva Mendes, os Deputados, José Paulo Freitas Antunes, Jorge Humberto da Silva Gomes, Maria Fernanda Ferreira Franco, Maria Manuela Mendes Rosa Marques, João Carlos Gaspar Simões e Jorge Manuel Ferreira e Moreira.-----

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Fernando Inácio Pires Medeiros e o Secretário, Pedro Miguel Caetano Silva e a Tesoureira, Maria Armanda Marques Dias.-----

Posto isto, a Presidente da Mesa deu início à reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1 – Leitura e aprovação das ata das sessões anteriores;-----
- 2 – Leitura do expediente;-----
- 3 – Outros assuntos de interesse da Freguesia de Avelar.-----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1 – Apreciação de uma informação a prestar pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia;-----
- 2 – Apreciar e aprovar o novo pacote de transferência de competências, regulado pela Lei 57/2019 de 30 de abril, acordado entre o Município de Ansião e as Juntas de Freguesias do Concelho de Ansião, em reunião de 3 de junho de 2025, com impacto a partir de 1 de janeiro de 2026;-----
- 3 – Apresentar, analisar e votar a parceria a instituir com a ETP Sicó no âmbito do projeto Nós e A(Vós) – Versão 2.0, considerando a integração desta Junta de Freguesia enquanto Investidor Social de uma candidatura ao Portugal Inovação Social;-----
- 4 - Apreciar e analisar os pressupostos do programa comemorativo do 30º aniversário da reelevação de Avelar à condição de Vila;-----
- 5 – Outros assuntos.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, informando que o deputado Carlos Manuel da Rocha Rosa, estando ausente, foi substituído, pelo deputado Jorge Manuel Ferreira e Moreira e a deputada/Primeira Secretária Carla Sandra Martins Fernandes pela deputada Fernanda Maria da Silva Mendes.-----



Antes do início da reunião, a Presidente da Mesa informou que, na ausência da Primeira Secretária, o deputado Artur Peres de Almeida assumiria as funções de Primeiro Secretário. Em consequência, e de acordo com a ordem da lista dos membros do MIASP, o deputado Jorge Humberto da Silva Gomes passaria a desempenhar o cargo de Segundo Secretário, função que não aceitou. Perante esta situação, a Presidente da Mesa apresentou a proposta de integrar a deputada Fernanda Maria da Silva Mendes como Segunda Secretária. Questionados os senhores deputados sobre a existência de propostas alternativas, não foram apresentadas quaisquer sugestões. Submetida a proposta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, ficando a deputada Fernanda Maria da Silva Mendes designada para o referido cargo.-----

De seguida, Passou-se ao primeiro ponto, com a leitura da ata da sessão anterior, de salientar que a ata de Setembro ainda não foi elaborada por impossibilidade da Primeira Secretária da Mesa.-----

Após a leitura da ata, o deputado Jorge Moreira referiu não ser necessária a sua leitura integral, considerando que o documento já havia sido enviado previamente e que a leitura se tornou morosa. Acrescentou ainda que, possivelmente, esta será a única freguesia do concelho de Ansião a adotar este procedimento, embora não tenha a certeza, comprometendo-se a confirmar a informação. A presidente da Mesa esclareceu que se empenhou bastante para implementar esta prática, embora poucos tenham aderido à iniciativa. De seguida, agradeceu ao deputado João Carlos Simões pelo envio das propostas de alteração à ata e questionou se existiriam mais correções a apresentar. A deputada Manuela Marques sugeriu alguns ajustamentos, de forma a tornar determinados pontos mais claros, enquanto o Presidente do Executivo procedeu a algumas correções adicionais.-----

Concluídas as alterações, a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada com sete votos a favor e duas abstenções, correspondentes aos deputados Jorge Moreira e Fernanda Mendes.-----

No ponto dois, a Presidente da Mesa informou que, no dia 4 de junho, recebeu por via eletrónica um convite da Associação Memória Avelarense para a inauguração da exposição coletiva de pintura, subordinada ao tema "*Vila de Avelar*", a realizar-se no dia 7 de junho, pelas 10h00, na sede da referida associação. No dia 13 de junho, recebeu igualmente um convite, também por via eletrónica, da Junta de Freguesia de Avelar, para a sessão solene evocativa do 30.º aniversário da elevação de Avelar à categoria de Vila, a decorrer na Praça Costa Rego, no dia 21 de junho, pelas 19h00, acompanhado do respetivo programa das comemorações. A Presidente da Mesa informou ainda ter recebido um email da deputada Manuela Marques, comunicando a substituição do deputado Carlos Rosa pelo deputado Jorge Moreira, bem como um email da deputada Carla Fernandes, justificando a sua impossibilidade de estar presente na sessão da Assembleia e pedindo a sua substituição.-----



A Presidente de Mesa de Assembleia passou ao terceiro ponto, onde não houve inscrições.-----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM

A Presidente de Mesa de Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo o qual passou a falar sobre os assuntos desde a última Assembleia de Freguesia, nomeadamente:-----

1. Relativamente ao procedimento concursal por ajuste direto, anunciado na última reunião, referente à obra de construção de bermas e valetas em calçada grossa e à instalação do sistema pluvial no Casal Santo António, Rua dos Motólogos e Rua do Cardal, a empreitada foi adjudicada à empresa Fernando dos Santos José, pelo valor de 12.264,15 €, perfazendo um total aproximado de 13.000 €. A obra já se encontra concluída, aguardando apenas a emissão da conta final para o respetivo encerramento.-----

2. No que diz respeito ao contrato interadministrativo, encontra-se em curso o procedimento de ajuste direto para a adjudicação do serviço relativo à aquisição e instalação de lettering e tótems identificativos. Estes elementos serão colocados em três locais da freguesia, ou seja as três das principais entradas da vila. Tal como já referido em ata anterior, foram contabilizadas sete entradas, no entanto, nesta fase, a instalação será efetuada apenas em três delas.-----

3. Quanto ao pagamento dos 50% em falta relativos à aquisição do terreno, cujo processo não foi concluído em 2006, durante o mandato do senhor António Calé Barbosa, importa esclarecer que os familiares do anterior proprietário, entretanto falecido, têm direito a reclamar o valor em falta. O executivo está a analisar o acervo documental da Junta de Freguesia para confirmar que se tratou, de facto, de um lapso ocorrido na altura. Contudo, perante as evidências disponíveis, ficou comprovado que a Junta não procedeu ao pagamento dos restantes 50%. Assim, em julho, a Junta assumiu o compromisso com a outra parte de regularizar a situação, o que corresponde ao montante de 1.600 €. Após este pagamento, a Junta passará a ser proprietária do referido terreno que, atualmente, não tem interesse estratégico ou utilitário, conforme já foi anteriormente identificado e debatido. A Junta recebeu, recentemente, o contacto de uma senhora, proprietária do espaço remanescente, à exceção da parcela de 600 m² em questão. A mesma manifestou interesse em adquiri-la, o que se revela positivo, pois, após a Junta proceder ao pagamento dos 1.600 €, poderá vir a obter pelo menos o dobro desse valor, que corresponde, em termos potenciais, ao custo associado à referida parcela. Deste modo, logo que seja realizada a escritura do terreno, a Junta irá contactar a referida proprietária para confirmar o seu interesse na aquisição, possibilitando-lhe, assim, tornar-se detentora da totalidade do espaço, do qual já possui atualmente cerca de 99%.-----

4. A empreitada da E-REDES, adjudicada à empresa José Marques Grácio,



tem registado alguns problemas de execução. Considera-se que a qualidade dos trabalhos realizados não corresponde ao nível esperado de uma empresa com o prestígio da José Marques Grácio. Em particular, verifica-se que as valas abertas não têm sido devidamente compactadas, o que gera problemas de poeiras que afetam a população residente, assim como estabelecimentos comerciais, nomeadamente cafés e outros espaços com portas abertas, que se têm queixado com frequência. O Presidente do executivo tem insistido junto do responsável da obra para que haja maior cuidado sobretudo em duas questões:-----

a) Compactação adequada das valas, uma vez que, caso não seja feita corretamente nesta fase, quando for aplicado o betuminoso, é muito provável que, com as primeiras chuvas, ocorram abatimentos, originando irregularidades no pavimento.-----

b) Rega regular das vias, que deveria ser feita diariamente, mas que, até ao momento, tem ocorrido apenas à sexta-feira, o que se revela claramente insuficiente face às reclamações da população.-----

Até agora, não se tem verificado uma preocupação efetiva da empresa em corrigir estes aspetos, o que continua a gerar desconforto e insatisfação na vila.-----

5. Relativamente à ARU (Área de Reabilitação Urbana) para o lugar da Rapoula e Avelar, e na sequência da intervenção do Presidente do executivo, na última Assembleia Municipal, tem-se verificado, por parte do município, algum interesse na sua aprovação nas próximas reuniões de Câmara e, posteriormente, na Assembleia Municipal. O Presidente do executivo espera que tal se concretize, de modo a criar condições mais favoráveis para os proprietários de imóveis localizados na Rapoula, incentivando-os a avançar com obras de requalificação e recuperação. Esta necessidade é particularmente evidente, uma vez que se constata um número crescente de imóveis em estado de ruína naquele lugar.-----

6. No que se refere ao projeto do espaço multiuso de Avelar, já foi apresentada uma breve explicação, igualmente mencionada no programa das festas da Semana da Vila, que terá lugar no dia 19 de junho.-----

7. Continua-se a aguardar pela apresentação do projeto de arquitetura, adjudicado ao arquiteto responsável, que contempla um investimento destinado à deslocalização do pelourinho para um espaço mais digno, bem como à requalificação urbanística do seu perímetro de proteção. A conclusão desta obra encontra-se prevista para o dia 12 de novembro. Contudo, é importante salientar que, como já se tem verificado em outros casos, os procedimentos de adjudicação e concurso podem sofrer atrasos ou imprevistos, tal como está a acontecer com as intervenções previstas para o quiosque da praça e para o cruzamento da Rua Nova com a Rua da Rapoula e a Praça Costa Rego. Ambos os projetos já se encontram elaborados, com os respetivos procedimentos concursais desenvolvidos. No entanto, no caso do quiosque, o procedimento ficou “deserto”, não tendo surgido qualquer empresa interessada em concorrer. Perante esta situação, a estratégia definida pelo município passa agora por reduzir ligeiramente o valor base da empreitada, que estava inicialmente fixado em cerca de 86 mil euros, de



forma a incentivar a participação de empresas no próximo concurso.-----

8. Encontra-se também adjudicada a empreitada para a construção da nova via que ligará a Praça Elvira Barata à Rua da Rapoula. Já foi contactado o proprietário, a fim de resolver algumas questões relacionadas com a cedência de espaço privado para o domínio público, estando já tudo bem encaminhado para que a obra tenha início em breve. A empreitada foi adjudicada à empresa LUSO SICÓ e, por isso, o arranque dos trabalhos poderá ocorrer a qualquer momento. Como já anteriormente referido, a Junta deliberou atribuir a esta nova artéria o topónimo do antigo presidente António Fernando Calé Barbosa, considerando o seu traçado com características de avenida. Este projeto representa uma nova centralidade para a Vila da Avelar, prevendo-se a futura construção de imóveis ao longo do seu percurso. Entende-se que esta via constitui uma justa homenagem, dignificando o trabalho e a dedicação que o antigo presidente António Fernando Calé Barbosa sempre demonstrou para com a nossa vila. A placa da rua vai ser descerrada no próximo dia 21 de julho.-----

9. No que respeita à sinalização horizontal de alguns cruzamentos, há locais que necessitam de intervenção urgente, de modo a que as linhas de circulação fiquem devidamente definidas. Destaca-se, em particular, o cruzamento junto ao Parque Manuel I, em frente ao posto de combustível da Alves Bandeira, que se encontra atualmente sem qualquer sinalização. Trata-se de um ponto de elevado risco, uma vez que muitos condutores atravessam o espaço sem se aperceberem de que se trata de um cruzamento. Esta situação tem originado diversos incidentes, e só por acaso não têm ocorrido acidentes mais graves. Ainda assim, já foram registados alguns episódios preocupantes, o que reforça a necessidade de uma rápida intervenção.-----

10. Quanto aos desenvolvimentos relacionados com as cedências dos terrenos do Barreiro da Leca, um processo longo e complexo, neste momento, a responsabilidade encontra-se do lado do município, que terá de emitir uma informação sobre a titularidade da estrada existente naquele local. Para que a empresa Leca de Portugal possa transferir uma parte do Barreiro da Leca para o domínio público, é necessário que exista, contíguo a esse terreno, uma propriedade municipal. Assim, a única forma de permitir essa cedência é a Câmara Municipal comprovar junto das autoridades competentes que a estrada em causa é, efetivamente, sua propriedade. O processo encontra-se, neste momento, na fase de comprovação ou formalização dessa titularidade. Trata-se de um documento e de uma deliberação que terão de ser aprovados em Câmara e, posteriormente, na Assembleia Municipal.-----

11. A obra de requalificação no cruzamento da Rua Nova com a Rua da Rapoula e a Praça da Costa Rego ainda não foi concretizada. Embora tenha surgido uma empresa interessada em assumir a empreitada, essa disponibilidade ficou condicionada a um aumento de 15% no valor base da adjudicação. Neste momento, está a ser analisada a viabilidade de acomodar esse interesse, de forma a permitir que a obra avance. Em suma, as obras ainda não começaram porque, até agora, os procedimentos concursais não receberam qualquer proposta de empresas concorrentes. Nesta fase final do



mandato, esta situação é relativamente natural, uma vez que as empresas estão sobrecarregadas de trabalho e evitam assumir novos compromissos que possam comprometer as obras já em execução. Ainda assim, o executivo da Junta manifesta algum desagrado, pois já seria tempo de aqueles dois espaços estarem a ser intervencionados. Como já foi referido anteriormente, o quiosque está previsto ser requalificado com base num projeto elaborado pelo secretário do executivo. De forma gratuita, foi apresentada uma proposta que acabou por ser aceite pelos serviços municipais. Esta proposta prevê o aumento da área destinada às casas de banho, respondendo assim às reclamações dos avelarenses — reivindicações que se consideram justas. As novas instalações sanitárias serão maiores e totalmente acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, garantindo melhores condições de utilização. Para isso, as casas de banho irão ocupar parte do espaço que anteriormente funcionava como café, reduzindo a área desse local. Esse espaço será agora adaptado para acolher um polo avançado da Junta de Freguesia, que passará a funcionar diariamente, ao serviço da população. Em vez de funcionar apenas na sede da Junta de Freguesia — por vezes menos acessível para a população — este novo polo passará a estar localizado no centro da praça, tornando-se mais próximo e facilitando a resolução de diversos assuntos pelos cidadãos. O espaço será também enriquecido com a disponibilização de jornais e livros, funcionando como uma plataforma rotativa de partilha e fruição cultural. Paralelamente, está prevista a instalação de um multibanco (ATM). Para tal, existe já um contrato que terá de ser apreciado e aprovado na próxima reunião da Junta. As negociações iniciaram-se com um banco que, tendo poucos balcões físicos, tem vindo a apostar fortemente na instalação de ATMs como forma de expandir a sua presença comercial. Contudo, esta parceria implica que a Junta de Freguesia assuma algumas responsabilidades financeiras durante o primeiro ano. Essas responsabilidades financeiras rondam previsivelmente os 350€ mensais para a instalação do ATM. No final do primeiro ano, será feita uma avaliação com base no número médio de utilizações diárias:-----

a) Se o valor for superior a 150 utilizações por dia, no segundo ano a Junta deixará de pagar qualquer valor;-----

b) Se ficar em 75 utilizações diárias, a Junta passará a suportar 50% do custo;-----

c) Existe, portanto, uma proporcionalidade direta entre o número de utilizações e o montante a pagar após o primeiro ano.-----

Ainda assim, no primeiro ano, com a instalação deste ATM pelo Banco Montepio, seria necessário proceder a uma alteração orçamental, criando uma rubrica específica para esta despesa. Em paralelo, foi também solicitado ao Novo Banco — que possui agência na vila — a instalação de um ATM no quiosque. Recentemente, recebemos a confirmação de que o banco concorda com essa instalação, ficando apenas a faltar a respetiva deliberação por parte da Junta de Freguesia. Assim, o executivo irá deliberar em reunião de Junta a escolha da opção apresentada pelo Novo Banco. O contrato já se encontra disponível para assinatura e, logo após a conclusão da reunião, será formalmente entregue, permitindo avançar com a



instalação do ATM. O equipamento terá um espaço dedicado, garantindo condições adequadas de funcionamento, e ficará igualmente acessível para utilização pela empresa responsável pelo *outsourcing* da gestão do quiosque, de forma autónoma e integrada.-----

12. Relativamente às obras das Águas Férreas, continuamos a aguardar a respetiva calendarização. A intervenção prevê a substituição da calçada existente, que já não é bem aceite pela população, por pavimento betuminoso, garantindo maior conforto e segurança.-----

13. Encontra-se em elaboração uma escultura que será colocada na rotunda junto ao colégio. Paralelamente, solicitou-se que o tratamento dado a essa rotunda, próxima da Escola n.º 2 de Avelar (integrada no Agrupamento de Escolas de Ansião), seja idêntico ao realizado em Ansião, junto à escola sede do agrupamento. Da mesma forma, exige-se à Câmara Municipal a aplicação do mesmo critério para esta escola que integra o agrupamento. Neste âmbito, já foi apresentado à Câmara e ao Agrupamento a proposta de analisar a atribuição do nome do Dr. Condorcet Pais Mamede à Escola n.º 2 de Avelar, considerando essa possibilidade como uma forma de valorização da instituição. O que realmente seria importante era que a Escola n.º 2 deixasse de ser identificada apenas como “número 2” e pudesse ter o nome de uma personalidade relevante, à semelhança do que acontece com a escola sede do agrupamento. Esta designação valorizaria a instituição, evitando que continue a ser vista como estando num plano secundário. Relativamente à rotunda do colégio, está prevista a sua requalificação e embelezamento. O escultor já esteve no local e encontra-se a trabalhar a pedra para criar uma peça, que terá ligação simbólica a uma biblioteca. O objetivo é que a obra represente um espaço de conhecimento e convívio, onde os alunos possam sentar-se e usufruir do espaço, mas concebido de forma a evitar a degradação ou destruição precoce da intervenção. A requalificação da Escola n.º 2 de Avelar, no âmbito de uma candidatura no valor de 4 milhões de euros, apresentada este mês pelo Município junto do Ministério da Educação, tem fortes possibilidades de vir a ser aprovada. Assim, dentro de alguns dias, poder-se-á confirmar que também a Escola n.º 2 de Avelar será contemplada com este importante investimento de requalificação.-----

O Deputado João Carlos Simões questionou o Presidente do Executivo acerca da localização do pelourinho e se esta já se encontrava identificada. O Presidente respondeu que o pelourinho ficará situado no centro da via, num espaço elevado que permitirá a proteção do imóvel. Acrescentou que o passeio, que atualmente possui 6 metros do lado direito, será ajustado de forma a compensar o espaço ocupado pelo pelourinho no centro da via. Esclareceu ainda que, embora a zona seja conhecida como Largo 12 de Novembro, já não corresponde a um verdadeiro largo, pois a abertura da estrada em direção ao Campo de Futebol alterou a configuração do espaço, que hoje funciona como um cruzamento. Referiu também que o projeto de requalificação é bastante agradável e que o arquiteto João Silva já apresentou um esboço. A intervenção inclui a realocação do pelourinho para uma área mais digna e representativa. O Presidente destacou que, no Cortejo Alegórico do Povo deste ano, o pelourinho será simbolizado no carro



alegórico, por forma a valorizar a sua importância.-----
Por fim, a Deputada Manuela Marques questionou se a verba destinada à requalificação da escola ascendia a 4 milhões de euros. O Presidente esclareceu que esse montante corresponde à candidatura apresentada para a requalificação da Escola n.º 2 de Avelar, sendo este o valor orçamentado. Contudo, sublinhou que ainda não está garantido que esse seja o valor final aprovado, encontrando-se o processo em aberto.-----

PONTO DOIS

No ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Executivo, que apresentou aos Deputados o novo pacote de transferências de competências, acordado entre o Município de Ansião e as Juntas de Freguesia do Concelho. O Presidente referiu que este é um tema recorrente nas Assembleias de Freguesia, uma vez que envolve a atualização anual dos valores financeiros a transferir para cada Junta. Explicou que, desde 2019, a Lei n.º 57/2019 de 30 de abril passou a regular este processo, determinando que as competências delegadas pelas Câmaras Municipais nas Juntas de Freguesia sejam acompanhadas da respetiva transferência de verbas. Antes da entrada em vigor da referida lei, cada Município procedia autonomamente à delegação de competências, originando diferenças significativas nos apoios concedidos. Atualmente, compete à tutela acompanhar e validar esses valores, de modo a assegurar maior uniformidade no território nacional. Informou ainda que os montantes devem ser submetidos à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até 30 de junho de cada ano, para que possam vigorar a partir de 1 de janeiro do ano seguinte. Relativamente à reunião realizada no passado dia 3 de junho, foi aprovado um novo pacote de apoios financeiros a favor das Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito do qual a Freguesia de Avelar foi a mais beneficiada.-----

Relembrou que em 2017 a fórmula de apoio às Juntas de Freguesia foi alterada pelo Senhor Presidente da Câmara, com a introdução do coeficiente da densidade populacional. Esta medida permitiu corrigir uma situação de injustiça existente no Concelho, em que algumas Juntas recebiam apenas 500€ mensais, enquanto outras recebiam cerca de 2.500€. A fórmula nacional prevista na lei baseia-se apenas na dimensão territorial, não contemplando a densidade populacional, o que penalizava particularmente a Freguesia de Avelar. Sublinhou que, ao contrário das restantes freguesias, onde cerca de 95% do território é área florestal, na Vila de Avelar aproximadamente 95% do território encontra-se urbanizado ou transformado. A introdução deste coeficiente veio, assim, garantir uma repartição mais equitativa dos apoios. Foi ainda referido que alguns Presidentes de Junta manifestaram reservas quanto à manutenção desta fórmula e que, em caso de alteração da governação autárquica, poderá existir a possibilidade da sua retirada, sendo fundamental a mobilização da população local em defesa da sua continuidade.-----

O Presidente da Junta afirmou que, enquanto exercer funções, não aceitará que a Freguesia de Avelar volte a receber apenas 500€, conforme prevê a fórmula aplicada a nível nacional, a qual considera injusta para o território.



Acrescentou que continuará a sensibilizar a população, esclarecendo-a sobre as consequências de uma eventual reversão do modelo, de forma a que este assunto seja ponderado no momento do voto nas próximas eleições. Referiu ainda que, nesta atualização, a freguesia de Avelar voltou a ser a freguesia proporcionalmente mais beneficiada e recordou que, também no ano anterior, a mesma foi contemplada com um acréscimo de apoio do Estado, interpretando esse facto como um eventual reconhecimento da necessidade de reforçar os financiamentos às freguesias de menor dimensão.-----

Foi referido que alguns Presidentes de Junta reconheceram que a Freguesia de Avelar recebeu, em 2024, um aumento proporcionalmente superior face a anos anteriores. Esse reforço atribuído pelo Estado condicionou igualmente a percentagem proposta pelo Senhor Presidente da Câmara na atualização dos apoios. No âmbito da delegação de competências aprovada na reunião de 3 de junho, a Freguesia de Avelar será a que mais beneficiará em termos proporcionais, com um acréscimo de cerca de 3.000€. Enquanto as restantes freguesias recebem aumentos semelhantes em termos absolutos, na freguesia de Avelar esse valor representa uma percentagem mais significativa, atendendo ao montante base inferior. Consta dos documentos entregues que, em 2025, a Junta de Freguesia de Avelar passará de um financiamento de 37.648,89€ para 40.498,67€, correspondendo a uma atualização próxima dos 3.000€. Salientou-se ainda que a Freguesia de Avelar continua a ser a freguesia do Concelho que recebe menos transferências do Orçamento de Estado, apesar de apresentar uma das maiores densidades populacionais: 227 habitantes por km², valor significativamente superior ao das restantes freguesias. Foi destacado que esta realidade implica uma pressão acrescida sobre as infraestruturas locais, como estradas e calçadas, resultando num desgaste mais rápido e oneroso.-----

Por fim, lembrou que a proposta se encontra enquadrada no Decreto-Lei n.º 57/2019, e que as competências delegadas abrangem:-----

- a) Gestão e manutenção dos espaços verdes;-----
- b) Limpeza de ruínas, espaços públicos, sarjetas e sumidouros;-----
- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado em espaço público, com exceção do que se encontre em regime de concessão;-----
- d) Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados.-----

O Deputado João Carlos Simões questionou, a título de curiosidade, quais seriam as consequências caso a Assembleia de Freguesia não aprovasse a proposta.-----

O Presidente respondeu que, nesse caso, o Município teria de realizar uma reunião específica com o executivo da Junta em causa, a fim de justificar os motivos da proposta. Posteriormente, seria efetuada uma reunião com as restantes freguesias, para enquadrar a situação na proposta definitiva a apresentar na Assembleia Municipal de 27 de junho. Caso não fosse possível alcançar consenso, ficaria inviabilizada a atualização, mantendo-se em vigor os apoios de 2024.-----

Não havendo mais questões, foi submetida a votação a proposta do novo



pacote de transferências de competências, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo, o qual passou a apresentar o respetivo ponto.-----

O projeto “Nós e (A)Vós” resulta de uma candidatura apresentada pela ETP Sicó ao Portugal Inovação Social, em 2019. Essa candidatura foi aprovada para uma duração de 36 meses, entre novembro de 2019 e novembro de 2022. Grande parte deste período coincidiu com a pandemia de Covid-19, o que dificultou a implementação plena do projeto. Ainda assim, foram deixadas sementes muito significativas. Nesse enquadramento, a ETP Sicó, enquanto promotora, contou com o apoio da Junta de Freguesia e da Leca Portugal, enquanto investidores sociais. A estrutura de financiamento inicial era composta por 80% de fundos comunitários (inovação social) e 20% de investimento social direto (Leca Portugal e Junta de Freguesia).-----

Durante os 36 meses previstos, o projeto decorreu desta forma. Contudo, após o fim do financiamento, as três entidades — ETP Sicó, Leca Portugal e Junta de Freguesia de Avelar — decidiram manter o projeto ativo. Desde então:-----

a) A ETP Sicó assegura o apoio técnico, logístico e administrativo, além de assumir despesas com transportes e atividades;-----

b) **A** Leca Portugal **e a** Junta de Freguesia de Avelar garantem o apoio financeiro essencial, nomeadamente para a remuneração da coordenadora do projeto.-----

Graças a este esforço conjunto, o projeto tem-se mantido em funcionamento desde novembro de 2023 até ao presente (2025), beneficiando cerca de 30 utentes. Estas pessoas têm usufruído de uma melhoria significativa da sua qualidade de vida e participado ativamente em várias iniciativas de intervenção comunitária promovidas pela ETP Sicó, como os Projetos Locais de Promotores de Qualificações. Um exemplo inspirador foi o de D. Cidália, de 95 anos, que concluiu recentemente o 6.º ano de escolaridade, depois de ter terminado apenas a 4.ª classe em 1950. Casos como este, inéditos e motivadores, têm vindo a multiplicar-se: algumas participantes já alcançaram o 9.º ano, e outras ambicionam prosseguir até ao 12.º ano — um desafio ousado, mas possível graças ao impacto do projeto.-----

O projeto revelou-se tão enriquecedor que, recentemente, no âmbito do programa Erasmus, proporcionou a algumas participantes a oportunidade de realizar uma deslocação à Roménia — uma experiência única que só foi possível graças ao impacto do “Nós e (A)Vós”. Para além disso, as utentes já organizaram um grupo de cantares, integram as marchas populares e participam, de forma regular, em dezenas de atividades anuais. Estas iniciativas têm contribuído não só para o bem-estar e integração social, mas também para atrasar os efeitos do envelhecimento, uma preocupação crescente numa população que está, progressivamente, a envelhecer. Neste contexto, surgiu em 2023, no âmbito do programa Portugal 2030, a possibilidade de apoiar projetos de sucesso numa nova dimensão — a chamada versão 2.0 da Inovação Social. Apenas projetos anteriormente



aprovados poderiam candidatar-se, como é o caso do “Nós e (A)Vós”.-----
Assim, a ETP Sicó apresentou uma nova candidatura, reforçada pela
colaboração de várias entidades locais:-----

- a) Sociedade Filarmónica Avelarense;-----
- b) Atlético Clube Avelarense;-----
- c) Associação Memória Avelarense;-----
- d) Academia de Ténis de Avelar.-----

O objetivo foi alargar e fortalecer o projeto, envolvendo a comunidade de
forma mais abrangente e motivadora, de modo a garantir não só a sua
continuidade, mas também um impacto ainda maior na vida dos
participantes e na dinâmica social da região.-----

O projeto foi aprovado na semana passada, na sua versão 2.0, com um
financiamento total de 95.399,99 €. A candidatura inicial tinha sido
apresentada no valor de 107.000 €, mas sofreu um corte de cerca de 12.000
€. Ainda assim, considera-se uma excelente oportunidade, já que o projeto
voltará a ser apoiado pela Inovação Social por mais 36 meses, com a Junta
de Freguesia de Avelar e a Leca Portugal a manterem-se como investidores
sociais, numa proporção idêntica à dos apoios anteriores.-----

De acordo com o orçamento previsto:-----

- a) Em 2025, o projeto terá início a 1 de setembro, abrangendo 4 meses.
Nesse período, a Junta de Freguesia de Avelar apoiará o projeto com 270
€/mês, totalizando 1.080 € (já contemplados em orçamento, ficando inclusive
alguma margem de folga, uma vez que o apoio atual é de 305 €/mês);-----
- b) Em 2026, o valor será de 3.240 € (12 meses);-----
- c) Em 2027, o valor será igualmente de 3.240 € (12 meses);-----
- d) Em 2028, até 31 de agosto (8 meses), o valor será de 2.160 €-----

No total, a contribuição da Junta de Freguesia de Avelar ascenderá a cerca
de 10.000 € ao longo dos 36 meses.-----

Uma vez que o projeto ultrapassa o atual mandato autárquico, foi colocada à
consideração dos senhores deputados a necessidade de aprovação formal
para garantir a continuidade da Junta de Freguesia de Avelar enquanto
investidor social.-----

○ Deputado João Carlos Simões solicitou esclarecimentos relativamente à
carta de compromisso de investimento social da Junta de Freguesia, a qual
se encontra assinada pelo secretário. Referiu que este declarou não possuir
qualquer relação de controlo sobre a entidade, facto que resulta da
circunstância de o Presidente da Junta ser, simultaneamente, responsável
pela ETP Sicó. Tal situação poderia configurar um regime de
incompatibilidade, motivo pelo qual foi pedida a devida clarificação. O
Presidente esclareceu que não poderia assinar a carta de compromisso em
nome da Junta de Freguesia, dado que teria influência direta no processo, o
que configuraria incompatibilidade. Para assegurar a conformidade legal e
evitar qualquer conflito de interesses, a assinatura da Junta de Freguesia
foi efetuada pelo secretário, enquanto a do projeto, em nome da ETP Sicó, foi
assumida pelo próprio Presidente.-----

A Deputada Manuela Marques questionou se esta solução era suficiente
para afastar a incompatibilidade, tendo o presidente confirmado que sim.---



○ Deputado Jorge Moreira considerou que a contribuição da Leca Portugal era reduzida, cerca de 3.000 €/ano, equivalente (ou até inferior) ao apoio da Junta. O Presidente respondeu que esse valor corresponde à estrutura de custos constante desde 2019. Sublinhou, no entanto, que, apesar de não estar legalmente obrigada, a Leca Portugal tem uma responsabilidade social e ambiental para com o território, nomeadamente face à poluição e poeiras geradas pela sua atividade. Recordou ainda que a empresa emprega cerca de 90 pessoas em Avelar, o que representa também um impacto económico positivo para a região.-----

○ Deputado Jorge Moreira acrescentou que a população local lida diariamente com poeiras, não apenas em períodos excecionais. Referiu ainda que existem resíduos a céu aberto na fábrica, com sistemas de aspersão desligados, e que a empresa deveria assumir a sua responsabilidade no tratamento desses resíduos.-----

Após a discussão, o ponto foi submetido a votação, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

De seguida passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos – Apreciar e analisar os pressupostos do programa comemorativo do 30.º aniversário da relevação de Avelar à condição de Vila.-----

O Presidente passou a apresentar o programa que esta Junta de Freguesia delineou, refletindo de forma clara a vontade de valorizar e dignificar esta efeméride, tornando-a cada vez mais apreciada e sentida pela população. Trata-se de uma oportunidade para reforçar o orgulho dos avelarenses na sua terra e no estatuto que, há 30 anos, foi conquistado e que importa preservar. Para manter esse estatuto de Vila, é fundamental que instituições, serviços e população continuem unidos e comprometidos. Tal como outrora foi atribuído, também poderá ser retirado se não forem assegurados os requisitos necessários. A Semana da Vila é, por isso, expressão do compromisso assumido por este executivo desde o início do seu mandato. Esta oitava edição reveste-se de particular importância, assinalando os 30 anos da reelevação de Avelar à condição de Vila.-----

O programa comemorativo é vasto e diversificado, tendo tido início no passado dia 7 de junho com o II Encontro de Avelarenses, iniciativa promovida por uma comissão local que contou com ampla adesão da comunidade. Desde então, têm sido desenvolvidas várias atividades que resultam da colaboração da Junta, das associações locais e de cidadãos em nome individual, enriquecendo o calendário das comemorações. Entre os momentos mais relevantes destacam-se: o I Torneio de Futebol Feminino, organizado pelo Atlético Clube Avelarense; a Exposição *Vila de Avelar*, promovida pela Associação Memória Avelarense, que tem desempenhado um papel notável na preservação e recuperação da memória coletiva; e, finalmente, o encerramento das comemorações, a 5 de julho, com a apresentação do livro *Antigos Avelarenses*, da autoria de Raul Coelho.-----

De referir que as Festas do Casal de Santo António decorreram no início das referidas comemorações e decorreram com enorme sucesso. O Presidente do



Executivo aproveitou para felicitar o deputado José Paulo Antunes e a Comissão de Festas pela organização exemplar. Importa ainda destacar a boa articulação estabelecida com a Comissão de Festas do Casal de Santo António, que permitiu integrar no mesmo espaço as celebrações previstas para a Praça Costa Rego, evitando a duplicação de eventos e reforçando o espírito de união da freguesia. O Casal de Santo António está hoje ainda mais bonito, fruto das intervenções realizadas tanto pela Junta de Freguesia como pelo Município, o que muito dignifica aquela localidade e a sua população.-----

No dia 14 de Junho, realizou-se o Passeio dos Avelarenses com uma deslocação ao Porto, num programa irrepreensível, ambicioso e repleto de atividades.-----

Dia 16, realiza-se a reunião da Assembleia de Freguesia.-----

Dia 17, a caminhada “Renascer das Cinzas”, que deverá contar com cerca de 70 participantes, incluindo várias associações do concelho, recorda os trágicos acontecimentos de 17 de junho de 2017 e o papel solidário que o Avelar desempenhou nesse dia, apoiando dezenas de pessoas em dificuldade. Desde então, esta iniciativa, inicialmente organizada pelo Município com o apoio do Atlético Clube Avelarense e dos Bombeiros, passou a ser assumida pela Junta, que reconheceu a sua importância e significado.-----

O programa prossegue no dia 18, com a participação da Clínica das Cinco Vilas e a animação de Amândio Santos. No dia 19, o espetáculo *Surprise* com o grupo cómico Pepe’s Show, a atuação do Rancho Folclórico Margaridas da Serra do Mouro, que celebra 40 anos de atividade, um momento cultural com os Cornucópias, e a habitual rubrica “Refletir Avelar”, que contará com a apresentação do projeto Textura Hub Criativo Avelar, proposto para o Espaço Fábrica. Esta sessão contará com a presença do autor do projeto, Paulo Monteiro, da empresa Glory Box, e do Presidente da Câmara Municipal de Ansião. O ambiente será animado com a música do DJ residente e com o apoio do bar dinamizado pela Comissão de Festas, cujas receitas revertem para a preparação das Festas em Honra de Nossa Senhora da Guia, recentemente apresentadas ao público.-----

No dia 20, destaque para as Marchas Populares, com a participação da Marcha dos alunos do 2.º ciclo da Escola n.º 2 de Avelar, da Marcha do Projeto Nós e (A)Vós, da Marcha da Junta de Freguesia de Mações de Dona Maria, da Marcha do Rancho Infantil Serras de Ansião e da Marcha do Grupo de Cantares das Cortes. A noite encerra com a atuação do músico Nuno Santos.-----

No dia 21, teremos a inauguração da obra realizada no âmbito do Aviso PRR *Acessibilidade 360º PIEP*, pelas 15h30, seguida do descerramento da placa toponímica que dará o nome de António Fernando Calé Barbosa à rua que liga a Praça Elvira Barata à Rua da Rapoula. Ainda nesse dia, terá lugar a sessão evocativa dos 30 anos da reelevação de Avelar à condição de Vila, às 19h00, e, à noite, o III Festival de Bandas Cívicas, com a participação da Sociedade Filarmónica Avelarense, da Banda Republicana Marcial Nabantina e da Sociedade Filarmónica Louricalense. A festa continuará com a atuação da banda Ritmofonia.-----



No dia 22, celebrar-se-á a diversidade cultural e os imigrantes da Vila de Avelar, terão um dia inteiramente dedicado à sua homenagem. O programa contará com várias atividades, incluindo a atuação dos Black Family, às 21h30, entre outros momentos de animação.-----

No dia 28 de junho, realiza-se o Avelar Sunset Trail, uma iniciativa desportiva que se pretende afirmar como marca da freguesia.-----

O programa comemorativo encerra com a apresentação do livro “Antigos Avelarenses”, da autoria de Raul Coelho, a realizar, em princípio, na sede da Sociedade Filarmónica Avelarense.-----

Importa ainda referir que estas comemorações foram devidamente acauteladas no orçamento de 2025, aprovado em 30 de abril de 2024. A Semana da Vila dispõe de um orçamento de 8.000€, enquanto o Avelar Sunset Trail contará com 6.500€, dos quais cerca de 5.500€ resultam já de inscrições e apoios institucionais. A Junta prevê apoiar o evento com um valor próximo dos 1.000€, à semelhança do ano anterior, garantindo a sustentabilidade desta iniciativa, agora integrada numa associação recentemente criada para o efeito.-----

Este conjunto de iniciativas simboliza não apenas a celebração dos 30 anos de Vila, mas também o envolvimento e dinamismo de toda a comunidade avelarense, que continua a honrar a sua identidade e a projetar o futuro com confiança.-----

A Deputada Manuela Marques questionou o descerramento da placa com o topónimo de Fernando Calé Barbosa, considerando estranho fazê-lo antes da conclusão da rua. Perguntou se, após a obra, seria necessário novo descerramento.-----

O Presidente do Executivo esclareceu que não haverá novo descerramento, uma vez que o nome fica desde já atribuído. Informou que já existem habitações na zona que poderão utilizar a designação, e que a obra se encontra adjudicada à empresa LUSO SICÓ, com contrato assinado e início previsto em breve, não devendo ultrapassar o ano de 2025. Sublinhou o carácter simbólico da decisão e a importância de cumprir o desejo manifestado pelo homenageado.-----

A Deputada Manuela Marques reforçou que, em sua opinião, o procedimento mais justo seria realizar primeiro a obra e só depois a inauguração da placa. O Presidente defendeu que o ato é essencialmente simbólico, sendo que a inauguração da obra será feita no momento próprio.-----

PONTO CINCO

Neste ponto, nada houve a tratar e encerrada a sessão, a Presidente da Assembleia colocou à consideração dos presentes a aprovação em minuta dos pontos da ordem do dia, no final da sessão, nos termos do artigo 57º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

A leitura integral e aprovação da ata ficou agendada para o início da próxima sessão.-----



A Presidente da Assembleia de Freguesia

A 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia

O 2.^o Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia
